

UVR Empreendimentos e Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

1 Contexto operacional

A UVR Empreendimentos e Participações S/A é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em Volta Redonda RJ. Constituída em 14 de maio de 2018, tem por objeto social a participação em outras sociedades nacionais e estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou cotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora (holding) ou minoritário.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 abrangem as suas controladas, conforme abaixo:

a Participações diretas

Controladas	Obs.	Controladora	Minoritário
Saúde Leve Administradora e Serviços Ltda	(i)	100,00%	-
HP Participações e Consultoria Técnica S.A.	(ii)	96,67%	3,33%
UVR Park Gestão de Estacionamento Ltda.	(iii)	100,00%	-
Radioterapia de Volta Redonda Ltda.	(iv)	84%	16%
Lobus Centro De Pesquisa Clínica Ltda.	(v)	100,00%	-
Centro Cuidar Nefrologia Volta Redonda e Nefroclinicas Ltda.	(vi)	50,00%	50,00%

- (i) Constituída no exercício de 2020 sob a forma de sociedade limitada, tem sua sede instalada na cidade de Angra dos Reis, estado do Rio de Janeiro. Tem por objeto social a exploração dos ramos de: gestão de ativos intangíveis não financeiros e consultoria em tecnologia da informação.
- (ii) A HP Participações e Consultoria Técnica S.A. tem por objeto social a exploração dos ramos de: atividade de participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, caracterizando-se como holding de instituições não financeiras. Tem sede e foro na Rua Alberto Pasqualine nº 80 – Bairro Vila Santa Cecília – CEP: 27.260-010, em Volta Redonda RJ.
- (iii) Em 2019, a UVR Park Locação e Gestão de Estacionamento Ltda., foi constituída sob a forma de sociedade limitada, com sede instalada na cidade de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, e que tem por objeto social a exploração dos ramos de: locação de imóveis de terceiros e estacionamento de veículos. A Empresa poderá ainda, estender as suas atividades e outros ramos, desde que assim entendam os sócios e de acordo com o Código Comercial, devendo, para tanto, proceder a competente alteração contratual.

- (iv) Em 2021, a Radioterapia de Volta Redonda Ltda., foi constituída sob a forma de sociedade limitada, com sede instalada na cidade de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, onde sua matriz, tem por objeto social prestar serviços de radioterapia, ou seja, aqueles que se utilizam de técnicas de radiação ionizante para o tratamento de pacientes com neoplastias, amplamente considerados.

- (v) Em 2021, a Lobus Centro De Pesquisa Clínica Ltda. foi constituída sob a forma de sociedade limitada, com sede instalada na cidade de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, e que tem por objeto social a exploração de ramos de pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, laboratórios clínicos, pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas e serviços de diagnósticos por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos. A sociedade poderá ainda estender suas atividades a outros ramos, desde que assim entendem os sócios e de acordo com o código comercial, devendo, para tanto, proceder competente alteração contratual.

- (vi) Em 2022, a Centro Cuidar Nefrologia Volta Redonda e Nefroclinicas Ltda. foi constituída sob forma de sociedade limitada, com sede instalada na cidade de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a prestação de serviços de diálise e nefrologia destinados ao tratamento de doenças renais, além das atividades médicas ambulatoriais, exames complementares e realização de cursos, treinamentos e simpósios na área médica, podendo ser estendido ou modificado a critério dos sócios mediante alteração contratual devidamente registrada no Órgão Competente. Em 2024 e 2025, por decisão da administração, não foi realizada a consolidação do Centro Cuidar Nefrologia Volta Redonda e Nefroclinicas Ltda, visto que o controle é da outra parte.

Constituída em 2020, a Simples VR Saúde Ltda., com sede na cidade de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, teve como objeto social a prestação de serviços médicos, hospitalares e/ou odontológicos; a comercialização, em todo o território nacional, de planos de saúde médicos e odontológicos, em todas as modalidades previstas na legislação vigente, incluindo serviços de gerenciamento, planejamento, organização e operação de planos privados de assistência à saúde; bem como a participação, na qualidade de sócia ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, mediante deliberação dos sócios e a correspondente alteração contratual. A referida sociedade teve suas atividades encerradas no exercício de 2025, sendo que seus saldos compõem as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2024, não integrando a consolidação a partir de 2025.

As investidas indiretas consolidadas foram por nós auditadas, conforme relatório datado de 6 de fevereiro de 2025 sem modificações.

b Participações indiretas

<u>Controladas (indiretas)</u>	<u>Obs.</u>	<u>Controladora</u>	<u>Minoritário</u>
Clínica Saúde Leve VR Ltda	(i)	100,00%	-

- (i) Em 2021, a Clínica Saúde Leve VR Ltda. foi constituída sob a forma de sociedade limitada, com sede instalada na cidade de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, e que tem por objeto social prestar serviços de atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares. A sociedade poderá ainda estender suas atividades a outros ramos, desde que assim entendem os sócios e de acordo com o código comercial, devendo, para tanto, proceder competente alteração contratual. Em 2024, a Clínica Saúde Leve VR Ltda foi encerrada, sendo seu patrimônio líquido absorvido pela Saúde Leve Administradora e Serviços Ltda, detentora de 100% das suas quotas.

2 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas da UVR Empreendimentos e Participações S/A e suas controladas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, reflete a posição financeira e patrimonial do grupo econômico, atendendo o requerido pelo pronunciamento técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas.

A Administração da Controladora e de suas controladas avaliou a capacidade de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 6 de fevereiro de 2026.

b Mensuração do valor

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

c Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas, exceto quando indicado de outra forma.

d Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conjunto com as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes, e são compostas pelas demonstrações financeiras das controladas diretas.

São eliminados todos os saldos, ativos, passivos, receitas e despesas, oriundos de transações entre as empresas incluídas na consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025 consideram as demonstrações financeiras das seguintes Sociedades:

- UVR Empreendimentos e Participações S/A;
- HP Participações e Consultoria Técnica S/A;
- Saúde Leve Administradora e Serviços Ltda;
- UVR Park Locação e Gestão de Estacionamento Ltda;
- Radioterapia de Volta Redonda Ltda;
- Lobus Centro de Pesquisa Clínica Ltda.

e Aplicação de julgamento e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Vida útil de ativos de longa duração;
- Teste do valor recuperável de ativos;
- Análise do risco de crédito para determinação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa;
- Análise dos riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, e demais ativos e passivos na data do balanço.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de determinação. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração da Companhia.

f Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que institui a primeira fase de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

O novo modelo tributário está estruturado com base em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência subnacional, os quais substituirão gradualmente o PIS, a COFINS, o ICMS e o ISS. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente

sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos da legislação complementar aplicável.

A Reforma Tributária prevê um período de transição a partir de 2026, durante o qual os tributos atuais e os novos tributos coexistirão. A partir desse exercício, inicia-se a fase operacional experimental, com a implementação da CBS e do IBS mediante a aplicação de alíquotas teste de 0,90% para a CBS e 0,10% para o IBS, sem substituição imediata dos tributos vigentes.

Nesse contexto, as entidades passam a cumprir obrigações acessórias específicas, incluindo a escrituração segregada das operações, o destaque da CBS e do IBS nos documentos fiscais eletrônicos e o envio das informações aos sistemas fiscais competentes, com o objetivo de viabilizar testes operacionais, adequações sistêmicas e validação dos procedimentos de apuração e controle dos novos tributos.

Os efeitos e impactos da Reforma Tributária não estão refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não requerem ajustes de reconhecimento, mensuração ou divulgação, uma vez que os impactos financeiros e operacionais somente poderão ser adequadamente mensurados à medida que o processo de regulamentação infralegal seja concluído e a transição avance a partir de 2026. A Administração acompanha continuamente a evolução da regulamentação aplicável e avaliará tempestivamente os eventuais impactos contábeis e operacionais.

f.1 Novas normas, alterações e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia

f.1.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis vigentes a partir de 2025

As seguintes normas novas e alteradas não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

(i) CPC 02 / IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversibilidade de moeda

As alterações ao CPC 02, em convergência com as emendas à IAS 21 (*Lack of Exchangeability*), estabelecem critérios para a identificação de situações de falta de conversibilidade de moeda, definindo quando uma entidade não consegue obter quantias significativas de moeda estrangeira para fins específicos dentro de um prazo razoável. A norma também disciplina a determinação da taxa de câmbio aplicável, inclusive mediante a utilização de taxas estimadas quando não houver taxa observável, além de reforçar os requisitos de divulgação relacionados aos impactos financeiros decorrentes da perda de conversibilidade.

(ii) OCPC 10 – Contabilização dos créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO)

A orientação técnica estabelece diretrizes para o reconhecimento, mensuração e divulgação desses ativos ambientais. A Companhia avaliou os requisitos da norma e concluiu que não houve impactos relevantes nas demonstrações financeiras do exercício.

f.1.2 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivadas

Determinadas normas contábeis foram emitidas e serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente as seguintes normas na preparação destas demonstrações financeiras:

(i) CBPS 01 / IFRS S1 e CBPS 02 / IFRS S2

As normas CBPS 01 e CBPS 02 (IFRS S1 e IFRS S2) estabelecem requisitos para a identificação, mensuração, gestão e divulgação de informações financeiras relacionadas a riscos e oportunidades de sustentabilidade, com ênfase nos riscos e oportunidades relacionados ao clima. As divulgações devem ser consistentes com a governança, estratégia, gestão de riscos e métricas adotadas pela entidade, bem como integradas às informações financeiras tradicionais. Essas normas entram em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026.

(ii) CPC 48 / IFRS 9 e IFRS 7 – Instrumentos financeiros

As alterações publicadas em 2024 tratam de ajustes nos critérios de reconhecimento, baixa, classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo a incorporação de contratos de eletricidade e sua elegibilidade para contabilidade de hedge, além do aprimoramento das divulgações relativas a instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes.

Essas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada com aplicação retrospectiva. A Administração da Companhia avaliou as alterações e concluiu que não possuem impacto sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(iii) CPC 51 / IFRS 18 – Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras

O CPC 51 (IFRS 18) introduz novos conceitos relacionados à estrutura e apresentação da Demonstração do Resultado, exigindo a classificação das receitas e despesas em três categorias: operacional, investimento e financiamento. A norma também reforça os requisitos de divulgação das medidas de desempenho definidas pela Administração (*Management Performance Measures – MPMs*) e estabelece critérios mais objetivos para a apresentação das despesas operacionais, que deverão ser divulgadas de forma consistente, por natureza ou por função. O CPC 51 (IFRS 18) entra em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

3 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia e suas controladas inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros”. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros que a Companhia e suas controladas possuem são classificados em duas categorias:

- *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado incluem crédito de operações com planos de assistência à saúde, créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora e bens e títulos a receber.

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria a Companhia e suas controladas classificam as aplicações financeiras e investimentos.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem débitos de operações assistência à saúde, débitos de operações assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, empréstimos e financiamentos a pagar e débitos diversos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros que a Companhia e suas controladas possuem são classificados na categoria:

- *Passivos financeiros ao custo amortizado*: após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c Contas a receber de clientes

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) e ajuste a valor presente, quando aplicável. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment* e ajuste a valor presente, se necessário.

d Investimentos

Substancialmente representados por participações em empresas controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Nesse método, a participação proporcional da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas é reconhecida no resultado.

e Imobilizado

e.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

e.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador adquiridos, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados em função do correspondente benefício econômico, ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos, utilizando-se o método linear.

g Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

Ativos financeiros classificados como custo amortizado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A administração da Companhia revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

h Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Os custos são reconhecidos no resultado do exercício, em despesas financeiras, conforme incorridos.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

i Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da nota fiscal/ fatura correspondente.

j Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Também é condicional a estimativa confiável do valor. As provisões para riscos e contingências são constituídas por valores atualizados, com base nas melhores estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia.

Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, o seu valor é determinado através do valor presente desse fluxo de caixa.

k Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável e lucro presumido, às alíquotas estabelecidas, respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente.

l Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m Partes relacionadas

Relativas a transações financeiras com a controladora, feitas em condições específicas controladas pela administração. Caso as transações fossem realizadas com terceiros, os resultados apurados poderiam ser diferentes. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto de transações com partes relacionadas.

n Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores até o encerramento do próximo exercício social estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

p Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que em que a Companhia e suas controladas transferem o controle dos bens e serviços para o cliente, sendo geralmente no momento em que o cliente recebe o produto ou serviço, e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	-	-	4.638	1.143
Bancos conta movimento	705	1.593	3.597	15.126
Aplicações financeiras	<u>170.497</u>	<u>4.792.710</u>	<u>2.028.809</u>	<u>7.347.259</u>
	<u>171.202</u>	<u>4.794.303</u>	<u>2.037.044</u>	<u>7.363.528</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Empresa. As aplicações financeiras de liquidez referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha e que têm remuneração conforme variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Contas a receber de clientes

a Composição do saldo

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
Duplicatas a receber	360.246	192.814
Cartão de crédito a receber	100.463	83.369
	<u>460.709</u>	<u>276.183</u>

Os valores a receber consolidado são mensurados pelo custo amortizado, cujo prazo médio de vencimento das faturas é de 30 dias.

6 Partes relacionadas

a Composição do saldo ativo

Descrição	Vencimento	Juros	Controladora				Consolidado			
			2025		2024		2025		2024	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Mútuo Unimed Volta Redonda – Coop. de Trabalho Médico	Maio de 2027	1% a.m.	2.856.944	1.298.612	3.442.618	4.415.278	2.856.944	1.298.612	3.442.618	4.415.277
Radioterapia de Volta Redonda	Julho de 2029	1% a.m. 100% CDI	366.756	318.152	360.704	624.203	-	-	-	-
			<u>3.223.700</u>	<u>1.616.764</u>	<u>3.803.322</u>	<u>5.039.481</u>	<u>2.856.944</u>	<u>1.298.612</u>	<u>3.442.618</u>	<u>4.415.277</u>

Refere-se a mútuo efetuado para a Controladora em condições normais de mercado. Não há garantias hipotecárias e/ou fiduciárias para transação.

b Composição do saldo passivo

<u>Controladora e consolidado</u>		
<u>2025</u>		
	<u>Não</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>circulante</u>
Recompra de ações	<u>4.414.274</u>	<u>4.684.875</u>

O saldo registrado refere-se à aquisição de ações anteriormente pertencentes a sócios não controladores, no montante total de R\$ 13.238.606, cujo pagamento foi acordado de forma parcelada em 36 parcelas mensais. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo remanescente a pagar relacionado a essa operação é de R\$ 9.099.149.

7 Investimentos

a Composição do saldo

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo				
Participação societária avaliadas pelo método da equivalência patrimonial				
HP Participações e Consultoria Técnica S/A	52.638.638	40.784.723	-	-
URV Park Gestão De Estacionamento Ltda.	2.128.418	1.407.393	-	-
Simplex VR Saúde Ltda.	-	520.461	-	-
Radioterapia De Volta Redonda Ltda.	4.312.000	-	-	-
Lobus Centro De Pesquisa Clínica Ltda.	484.386	671.145	-	-
Centro Cuidar Nefrologia Volta Redonda e Nefroclinicas Ltda.	<u>2.278.472</u>	<u>2.060.154</u>	<u>2.278.472</u>	<u>2.060.154</u>
	<u>61.841.914</u>	<u>45.443.876</u>	<u>2.278.472</u>	<u>2.060.154</u>
Participação societária avaliadas pelo método de custo				
Sicoob	3.491	384	4.112	412
Unicred	-	-	15.025	5.650
	<u>3.491</u>	<u>384</u>	<u>19.137</u>	<u>6.062</u>
	<u>61.845.405</u>	<u>45.444.260</u>	<u>2.297.609</u>	<u>2.066.216</u>
Passivo				
Radioterapia De Volta Redonda Ltda.	1.686.250	1.318.262	-	-
Saúde Leve Administradora e Serviços Ltda.	<u>28.627</u>	<u>61.951</u>	-	-
	<u>1.714.877</u>	<u>1.380.213</u>	-	-

b Movimentação dos investimentos

Descrição	Controladora										
	1º/1/2024	Ganho/Perda de participação societária	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de investimento	Adiantamento para futuro aumento de capital	31/12/2024	Perda de participação societária	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento/Baixa de investimento	Adiantamento para futuro aumento de capital	31/12/2025
Ativo											
HP Participações e Consultoria Técnica S/A	40.385.863	117.272	212.188	69.400	-	40.784.723	(1.114.264)	(299.427)	13.238.606	29.000	52.638.638
UVR Park Gestão De Estacionamento Ltda.	785.147	-	622.246	-	-	1.407.393	-	721.025	-	-	2.128.418
Simplex VR Saúde Ltda.	488.248	-	8.213	24.000	-	520.461	-	13.173	(533.634)	-	-
Radioterapia De Volta Redonda Ltda.	688.647	-	-	-	-	-	-	-	-	4.312.000	4.312.000
Lobus Centro De Pesquisa Clínica Ltda.	73.352	-	412.793	185.000	-	671.145	-	(196.759)	10.000	-	484.386
Centro Cuidar Nefrologia Volta Redonda e Nefroclinicas Ltda.	1.266.811	-	650.643	-	142.700	2.060.154	-	412.181	(193.863)	-	2.278.472
	43.688.068	117.272	1.906.083	278.400	142.700	45.443.876	(1.114.264)	650.193	12.521.109	4.341.000	61.841.914
Passivo											
Radioterapia De Volta Redonda Ltda.	688.647	(7.200)	(2.044.709)	45.000	-	(1.318.262)	(848.320)	(509.668)	990.000	-	(1.686.250)
Saúde Leve Administradora e Serviços Ltda.	(296.503)	-	234.552	-	-	(61.951)	-	33.324	-	-	(28.627)
	392.144	(7.200)	(1.810.157)	45.000	-	(1.380.213)	(848.320)	(476.344)	990.000	-	(1.714.877)

Descrição	Consolidado								
	1º/1/2024	Resultado de			31/12/2024	Resultado de			31/12/2025
		equivalência patrimonial	Baixa de investimento	Adiantamento para futuro aumento de capital		Baixa de investimento	equivalência patrimonial		
Clínica Saúde Leve VR Ltda.	268.009	-	(268.009)	-	-	-	-	-	-
Centro Cuidar Nefrologia Volta Redonda e Nefroclinicas Ltda.	1.266.811	650.643	-	142.700	2.060.154	412.181	(193.863)	-	2.278.472
	1.534.820	650.643	(268.009)	142.700	2.060.154	412.181	(193.863)	-	2.278.472

c Representação das participações

	HP Participações e Consultoria	URV Park Gestão de	Radioterapia de Volta	Lobus Centro de Pesquisa	Saúde Leve Administradora	Centro Cuidar Nefrologia Volta Redonda e
	Técnica S/A	Estacionamento Ltda.	Redonda Ltda.	Clínica Ltda.	e Serviços Ltda.	Nefroclínicas Ltda.
Capital social	59.973.172	100.000	6.250.000	960.600	1.805.000	2.774.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	29.000	-	4.312.000	-	-	285.400
Prejuízos (Lucro) acumulados	(5.549.185)	2.028.418	(7.436.107)	(476.214)	(1.833.627)	1.497.545
Patrimônio líquido da Controlada	54.452.987	2.128.418	3.125.893	484.386	(28.627)	4.556.945
% de participação	96,67%	100%	84%	100%	100%	50%
Saldo investimentos conforme participação	52.638.638	2.128.418	2.625.750	484.386	(28.627)	2.278.472
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(4.312.000)	-	-	-
Saldo investimento controladas	52.638.638	2.128.418	(1.686.250)	484.386	(28.627)	2.278.472

8 Propriedade para investimento

	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Edificações	<u>45.852.438</u>	<u>45.852.438</u>

O saldo está composto pelo imóvel com 15.749,30 m² localizado na Rodovia dos Metalúrgicos, em Volta Redonda-RJ, que está destinado a locação. Essas edificações foram registradas pelo custo, contemplando a análise quanto à recuperabilidade, conforme regras estabelecidas no CPC01. Não foi identificada a necessidade de registro de ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

9 Imobilizado

a Composição do saldo

			<u>Controladora</u>		
			<u>2025</u>	<u>2024</u>	
	Taxa anual de	Custo	Depreciação		
<u>Descrição</u>	<u>depreciação</u>	<u>histórico</u>	<u>acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Móveis e utensílios	10%	2.970	(1.113)	1.857	2.154
Equipamentos de informática	20%	16.497	(12.364)	4.133	7.433
		<u>19.467</u>	<u>(13.477)</u>	<u>5.990</u>	<u>9.587</u>

			<u>Consolidado</u>		
			<u>2025</u>	<u>2024</u>	
	Taxa	Custo	Depreciação		
<u>Descrição</u>	<u>anual de</u>	<u>histórico</u>	<u>acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Terrenos	-	3.230.181	-	3.230.181	3.230.181
Edificações	4%	7.154.938	(1.785.242)	5.369.696	5.637.855
Máquinas e equipamentos	10%	15.083.240	(4.127.310)	10.955.930	11.791.211
Equipamentos de informática	20%	122.444	(82.430)	40.014	54.104
Móveis e utensílios	10%	134.875	(38.942)	95.933	103.579
		<u>25.725.678</u>	<u>(6.033.924)</u>	<u>19.691.754</u>	<u>20.816.930</u>

b Movimentação do custo no exercício

	<u>Consolidado</u>					
	<u>1º/1/2024</u>	<u>Aquisições</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2025</u>
Terrenos	3.230.181	-	3.230.181	-	-	3.230.181
Edificações	7.154.938	-	7.154.938	-	-	7.154.938
Máquinas e equipamentos	15.076.740	-	15.076.740	7.599	(1.099)	15.083.240
Equipamentos de informática	110.793	3.430	114.223	7.122	1.099	122.444
Móveis e utensílios	129.649	-	129.649	5.226	-	134.875
	<u>25.702.301</u>	<u>3.430</u>	<u>25.705.731</u>	<u>19.947</u>	<u>-</u>	<u>25.725.678</u>

c Movimentação da depreciação acumulada no exercício

Descrição	Controladora				
	1º/1/2024	Adições	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Móveis e utensílios	(519)	(297)	(816)	(297)	(1.113)
Equipamentos de informática	(5.765)	(3.299)	(9.064)	(3.300)	(12.364)
	(6.284)	(3.596)	(9.880)	(3.597)	(13.477)

Descrição	Consolidado					
	1º/1/2024	Adições	31/12/2024	Adições	Transferência	31/12/2025
Edificações	(1.250.112)	(266.971)	(1.517.083)	(268.159)	-	(1.785.242)
Máquinas e equipamentos	(2.277.391)	(1.008.138)	(3.285.529)	(841.781)	-	(4.127.310)
Equipamentos de informática	(37.945)	(22.174)	(60.119)	(19.698)	(2.613)	(82.430)
Móveis e utensílios	(12.714)	(13.356)	(26.070)	(15.485)	2.613	(38.942)
	(3.578.162)	(1.310.639)	(4.888.801)	(1.145.123)	-	(6.033.924)

10 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Vencimento	Encargos financeiros	Consolidado			
			2025		2024	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	Fevereiro de 2029	1,40% a.a. e 5,54% a.a. + 100% DI	3.081.015	1.880.847	4.256.782	4.727.214

Os encargos contratuais são os normais de mercado para as modalidades específicas. As garantias são os fundos de renda fixa, junto a instituição credora.

11 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações, a Controladora e suas controladas estão sujeitas a certos riscos representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas.

Ainda quanto a questões tributárias, de acordo com as legislações vigentes, as operações da Controladora e suas controladas estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais, em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral, cinco anos).

Em 31 de dezembro de 2025 a administração da Controladora e suas controladas julgou não ser necessária a constituição de provisão para contingências.

12 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de R\$ 62.523.172, representado por 62.523.172 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

b Prejuízos acumulados

Montam R\$ 6.569.734 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.908.218 em 2024). Os prejuízos acumulados são inferiores ao patrimônio líquido da Companhia, com isso, não há um passivo descoberto nos exercícios apresentados.

13 Receita de prestação de serviços

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
Receita de comissões sobre recargas de cartão de saúde	1.223.647	1.222.200
Receita de serviços prestados - convênios	5.479.631	4.457.471
Receita de serviços prestados - particular	203.449	367.644
Outras receitas com prestação de serviço	849.862	1.488.617
(-) Dedução de receitas com prestação de serviços	(730.149)	(705.203)
	7.026.440	6.830.729

14 Despesas gerais e administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(422.482)	(405.726)	(2.544.082)	(2.195.201)
Depreciação e amortização	(3.596)	(3.596)	(1.148.722)	(1.314.239)
Manutenção diversas	-	-	(813.676)	(456.122)
Prestação de serviço	(141.721)	(141.167)	(290.722)	(298.514)
Comerciais	(8.539)	(7.765)	(122.235)	(117.274)
Impostos e taxas diversas	(10.436)	(1.508)	(67.997)	(56.598)
Publicidade e propaganda	-	-	(23.974)	(54.360)
Materiais de uso e consumo	-	(23)	(22.747)	(9.035)
Outras despesas gerais e administrativas	(6.983)	(12.447)	(96.782)	(82.447)
	(593.757)	(572.232)	(5.130.937)	(4.583.790)

15 Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Perdas de participações societárias	(1.962.583)	-	(1.962.583)	-
Ganho de processos judiciais	-	-	-	25.880
Outras receitas	1.055	1	11.404	7.296
	(1.961.528)	1	(1.951.179)	33.176

16 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	192.645	283.132	372.071	388.800
Juros recebidos	891.950	1.188.156	1.002.783	1.247.739
Outros	1.600	-	1.696	2
	1.086.195	1.471.288	1.376.550	1.636.541
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(1.400.040)	(2.667.674)
IOF	(43)	(5)	(6.563)	(44)
Outros	(20.599)	(11.941)	(79.555)	(45.556)
	(20.642)	(11.946)	(1.486.158)	(2.713.274)
	1.065.553	1.459.342	(109.608)	(1.076.733)

17 Apuração do imposto de renda e da contribuição social do exercício

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração da Controladora e suas controladas avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

18 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a Considerações gerais

A Administração mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

	Nota	Controladora		Consolidado		Classificação
		2025	2024	2025	2024	
Caixas e equivalentes de caixa	4	705	1.593	8.235	16.269	(i)
Aplicações financeiras	4	170.497	4.792.710	2.028.809	7.347.259	
Contas a receber de clientes	5	-	-	460.709	276.183	(i)
Partes relacionadas	6	4.840.464	8.842.803	4.155.556	7.857.895	(i)
Outros créditos		35.996	17.782	754.810	593.203	(i)
		5.047.662	13.654.888	7.408.119	16.090.809	
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	4.961.862	8.983.996	(ii)
Fornecedores		15.385	15.229	185.258	137.475	(ii)
Partes relacionadas	6	9.099.149	-	9.099.149	-	
		15.385	15.229	5.147.120	9.121.471	

Classificação:

- (i) Ativo ao custo amortizado
- (ii) Valor justo por meio do resultado.
- (iii) Passivo ao custo amortizado.

b Fatores de risco que podem afetar os negócios da Administração

Os principais fatores de risco que a Administração está exposta reflete em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como mudanças relevantes na estrutura) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A Administração possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de taxas de juros.

A Administração não efetua aplicações de caráter especulativa em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos

riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

c Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que submetem a Administração a riscos de crédito de contraparte são representados, fundamentalmente, por caixa e equivalentes de caixa. Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez. Os riscos de créditos associados ao contas a receber de clientes é reduzido em virtude da análise de crédito e dos procedimentos de controle da Administração que monitoram esse risco. A exposição máxima do risco de crédito está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixas e equivalentes de caixa	171.202	4.794.303	2.037.044	7.363.528
Contas a receber de clientes	-	-	460.709	276.183
Outros créditos	35.996	17.782	754.810	593.203
	207.198	4.812.085	3.252.563	8.232.914

d Risco de liquidez

O risco de liquidez surge de a possibilidade da Companhia não poder cumprir com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Para mitigar esse risco, a Administração possui linhas de crédito rotativo, que aumentam a liquidez no curto prazo e possibilitam maior eficiência na gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As principais fontes da Companhia derivam do fluxo de caixa gerado por suas operações, fornecedores e empréstimos e financiamentos. A Administração acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita, o capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

e Risco de taxa de juros

A Administração considerou que as operações mantidas pela Companhia em que indicam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. Os principais montantes atrelados à taxa de juros, são operações de financiamento na modalidade de capital de giro, e conseqüentemente são operações atreladas a indexadores nacionais.

Sendo assim, a Administração entende que não há risco significativo em relação a volatilidade dos juros a ser apresentado ou estressado.

f Gerenciamento do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Empresa para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Total do passivo	10.945.619	1.493.781	16.987.989	13.523.123
Menos: Equivalentes de caixa	<u>(171.202)</u>	<u>(4.794.303)</u>	<u>(2.037.044)</u>	<u>(7.363.528)</u>
Dívida líquida (A)	<u>10.774.417</u>	<u>(3.300.522)</u>	<u>14.950.945</u>	<u>6.159.595</u>
Total do patrimônio líquido (B)	55.953.438	57.614.954	55.953.438	57.614.954
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A)/ (B)	19%	-6%	27%	11%

19 Cobertura de seguros

A administração da Empresa mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Vitório Moscon Puntel
Diretor Presidente

Elaine de Fatima Nogueira
Diretora Vice-presidente

Isis Rosemeri de Oliveira Lassarote
Diretora Administrativa

Maria do Carmo Teixeira
Contadora
CRC/RJ – 056904/O6